

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 444.098 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 3.553.051 mil, Ativos Totais de R\$ 7.086.691 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 110.000 mil a título de Juros sobre

o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 25 de março de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2020		2019		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019
CIRCULANTE	342.825	9.312	698	2	CIRCULANTE	558.663	531.855	872	1.549
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	698	2	698	2	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 18d)	872	1.549	872	1.549
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 7)	13.365	9.310	13.365	9.310	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 12e)	93.500	15	93.500	15
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 17a)	145.429	-	145.429	-	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 9)	464.136	529.873	464.136	529.873
Valores a Receber (Nota 19b)	183.333	-	183.333	-	Outras Obrigações (Nota 10)	155	418	155	418
NÃO CIRCULANTE	6.743.866	6.338.531	6.338.531	6.338.531	NÃO CIRCULANTE	2.974.977	2.783.598	2.974.977	2.783.598
Realizável a Longo Prazo	320.925	284.953	320.925	284.953	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11b)	231.350	207.508	231.350	207.508
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	215.501	184.551	215.501	184.551	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 9)	568.762	632.748	568.762	632.748
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c)	105.424	100.402	105.424	100.402	Outras Obrigações (Nota 10)	2.174.865	1.943.342	2.174.865	1.943.342
Investimentos (Nota 8)	6.422.941	6.053.578	6.422.941	6.053.578	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.553.051	3.032.390	3.553.051	3.032.390
					Capital Social (Nota 12a)	2.300.000	2.300.000	2.300.000	2.300.000
					Reserva de Capital	220.611	87.492	220.611	87.492
					Reservas de Lucros (Nota 12d)	2.486.117	2.152.019	2.486.117	2.152.019
					Ações em Tesouraria (Nota 12f)	(1.801.244)	(1.826.845)	(1.801.244)	(1.826.845)
					Outros Resultados Abrangentes	347.567	319.724	347.567	319.724
TOTAL	7.086.691	6.347.843	7.086.691	6.347.843	TOTAL	7.086.691	6.347.843	7.086.691	6.347.843

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019	2020	2019
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	447.679	461.677	447.679	461.677
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	512.613	650.258	512.613	650.258
Resultados Financeiros (Nota 16)	(45.853)	(158.550)	(45.853)	(158.550)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(18.970)	(27.238)	(18.970)	(27.238)
Despesas de Pessoal (Nota 15)	-	(2.575)	-	(2.575)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(111)	(218)	(111)	(218)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	447.679	461.677	447.679	461.677
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18a)	(3.581)	(2.241)	(3.581)	(2.241)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	444.098	459.436	444.098	459.436
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)	1,44	1,49	1,44	1,49
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 12b)	1,44	1,49	1,44	1,49

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	444.098	459.436	444.098	459.436
Ajuste de Avaliação Patrimonial	27.843	185.488	27.843	185.488
Resultado Abrangente do Exercício	471.941	644.924	471.941	644.924

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	447.679	461.677	447.679	461.677
Valores a Receber (Nota 11)	447.679	461.677	447.679	461.677
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(512.613)	(650.258)	(512.613)	(650.258)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(512.613)	(650.258)	(512.613)	(650.258)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	45.896	171.988	45.896	171.988
Provisão para Riscos Fiscais	18.930	24.546	18.930	24.546
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos:	(109)	(109)	(109)	(109)
(Aumento)/Redução de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Aumento) em Outros Ativos	(26.126)	(14.131)	(26.126)	(14.131)
Aumento em Outras Obrigações	(639)	(930)	(639)	(930)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.434)	(627)	(5.434)	(627)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(30.169)	(16.893)	(30.169)	(16.893)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	-	405.524	-	405.524
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	405.524	-	405.524
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	405.524	-	405.524
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:	(5.515)	114.877	(5.515)	114.877
Contrato de Mútuo	(5.515)	114.877	(5.515)	114.877
(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria	36.395	60.822	36.395	60.822
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(15)	(576.260)	(15)	(576.260)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	30.865	(400.561)	30.865	(400.561)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	696	(11.930)	696	(11.930)
Início do Exercício	2	11.932	2	11.932
Fim do Exercício	698	2	698	2
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	696	(11.930)	696	(11.930)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital social	Reserva de capital - resultado na venda de ações		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes (investidas)	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.158.000	80.780	39.311	2.232.492	134.236	-	(1.448.763)	-	3.196.056
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	459.436	459.436
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	185.488	-	-	185.488
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	(468)	(60.752)	-	-	-	-	644.924
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	142.000	(80.780)	(468)	(60.752)	-	-	-	-	(60.752)
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(604.253)	-	-	(604.253)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	87.492	-	-	-	226.171	-	-	313.663
Destinações: - Reservas	-	-	22.972	357.464	-	-	-	(380.436)	-
- Dividendos Pagos	-	-	-	(439.000)	-	-	-	-	(439.000)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12e)	-	-	-	-	-	-	-	(79.000)	(79.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.300.000	87.492	61.815	2.090.204	319.724	(1.826.845)	-	-	3.032.390
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	444.098	444.098
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	27.843	-	-	-	27.843
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	471.941
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(400.669)	-	-	(400.669)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	133.119	-	-	-	426.270	-	-	559.389
Destinações: - Reservas	-	-	22.205	311.893	-	-	-	(334.098)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 12e)	-	-	-	-	-	-	-	(110.000)	(110.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.300.000	220.611	84.020	2.402.097	347.567	(1.801.244)	-	-	3.553.051

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquelas Instituições.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de março de 2021.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que, são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

O CPC 49 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest), cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

- Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período.

- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminadas na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentadas na Nota 8.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por impairment é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2020 e de 2019, não houve perda por impairment.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 18.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado part

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Foi aprovado o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Resolução CVM nº 18 de 11 de fevereiro de 2021. Este documento apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de hedge accounting, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entra em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da Fase II.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos indiretos, do Bradesco e da Bradespar, os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						2020	2019	2020	2019
						2020	2019	2020	2019
Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade") (1) (3)	11.956.580	24.600.237	1.999.925	189.425	26,071767	6.413.715	6.044.352	512.613	650.258
Ágio - Nova Cidade (4)	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-
Total						6.422.941	6.053.578	512.613	650.258

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais ativos da Nova Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária na Cidade de Deus (47,93%), Bradesco (0,14%) e na Bradespar (0,48%); e

(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recomprou de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 464.136 (2019 - R\$ 529.873) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 568.762 (2019 - R\$ 632.748), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 2.174.865 (2019 - R\$ 1.943.342), com vencimento em março de 2024.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 215.501 (2019 - R\$ 184.551). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. A Companhia não possui contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Movimentação das provisões

	2020	2019
No início do período	207.508	242.829
Atualizações monetárias	4.912	11.521
Constituição	18.930	24.548
Pagamentos	-	(71.391)
No final do período	231.350	207.508

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2020, só há uma contingência passiva com chance de perda possível no valor de R\$ 3.831 referente à autuação atrelada ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensação de débito com crédito de IRPJ gerado em exercício anterior.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	2020	2019
Ordinárias	97.145.853	96.739.788
Preferenciais	124.483.352	125.900.549
Subtotal - ações em circulação	221.629.205	222.640.337
Em tesouraria (ordinárias)	57.484.924	60.890.989
Em tesouraria (preferenciais)	29.962.781	25.545.584
Total do capital social em ações	309.076.910	309.076.910

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 30 de abril de 2019, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 142.000, elevando-o de R\$ 2.158.000 para R\$ 2.300.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital" e de parte do saldo das contas "Reserva de Lucros - Legal e Estatutária".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	444.098	459.436
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	309.077	309.077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	1,44	1,49

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (Artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, está demonstrado a seguir:

	RS mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	444.098	
Reserva legal	(22.205)	
Base de cálculo ajustada	421.893	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2)	110.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%	(16.500)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2020	93.500	22,2
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2019	67.150	15,4

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) JCP deliberado em 23 de dezembro de 2020, pago em 07 de janeiro de 2021.

f) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2020, foram adquiridas e permanecem em tesouraria 57.454.924 (2019 - 60.890.989) ações ordinárias e 29.962.781 (2019 - 25.545.584) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.801.244 (2019 - R\$ 1.826.845). Em 2020, foram alienadas ações em tesouraria, pelo valor de R\$ 559.389 (2019 - R\$ 313.663), que gerou lucro de R\$ 133.119 (2019 - R\$ 87.492).

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Cofins	15.673	20.231
PIS	3.257	4.317
IOF (1)	40	2.687
Taxas e encargos	-	3
Total	19.970	27.238

(1) Em 2019 ocorreram despesas de IOF devido a operações de Mútuo com a Nova Cidade de Deus.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Depósito bancário	-	2
Fundos de investimentos financeiros (1)	698	-
Total	698	2

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

7) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 13.365 (2019 - R\$ 9.310), sendo seu valor de mercado igual ao contábil, com vencimento em dezembro de 2022.

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Serviços prestados por terceiros	86	98
Editais e publicações	25	120
Total	111	218

15) DESPESA DE PESSOAL

Em 2019 contemplava despesas com proventos e encargos sociais no montante de R\$ 1.530 e Benefícios no montante de R\$ 1.045, totalizando R\$ 2.575.

16) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Variação monetária de contratos de mútuo	(55.523)	(101.120)
Variação monetária sobre recompra de ações	(56.752)	(54.240)
Rendimento de ativos financeiros	7.805	11.004
Outros	58.617	(14.194)
Total	(45.853)	(158.550)

17) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Coligadas (2)		Pessoa-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos										
Caixa/disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	-	13.365	9.310	13.365	9.310
Valores a receber	-	-	-	-	183.333	-	-	-	183.333	-
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	145.429	-	-	-	-	-	145.429	-
Passivos										
Juros sobre capital próprio a pagar	31.549	-	-	-	61.951	15	-	-	93.500	15
Obrigações por recompra de ações	-	-	-	-	1.032.898	1.162.621	-	-	1.032.898	1.162.621
Outras obrigações (Nota 10)	-	-	1.618.880	1.402.331	-	-	555.985	541.011	2.174.865	1.943.342
	Exercícios findos em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Coligadas (2)		Pessoa-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receitas/Despesas com juros/outras	7.787	-	(40.550)	(70.990)	(56.752)	(72.348)	(14.973)	(30.343)	(104.488)	(173.681)
Receitas/(Despesas) de juros sobre capital próprio	(37.117)	(26.241)	171.093	247.961	(72.883)	(52.759)	-	-	61.093	168.961

(1) NCD Participações Ltda. ("NCD");

(2) Nova Cidade; e

(3) Titanium Holdings S.A. ("Titanium") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados: O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Para 2020, não houve remuneração aos Administradores, (2019 - R\$ 2.250) para remuneração dos Administradores, sendo que parte deste, refere-se a contribuição previdenciária para o INSS, e (2019 - R\$ 1.332) para custear planos de previdência privada complementar.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

Em 2019 contemplava Proventos e Contribuição Previdenciária para o INSS no montante de R\$ 1.530.

Benefícios pós-emprego

Em 2019 contemplava Benefícios pós-emprego, referente a Planos de previdência complementar de contribuição definida no montante de R\$ 1.045.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	447.679	461.677
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(152.211)	(156.970)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligada, tributadas nas empresas correspondentes	174.289	221.088
Despesas indebitáveis líquidas das receitas não tributáveis	-	(326)
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(58.172)	(84.307)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	37.400	26.860
Outros	(4.887)	(8.586)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.581)	(2.241)

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 113.228 (2019 - R\$ 112.738).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, montante de R\$ 105.424 (2019 - R\$ 100.402), refere-se a imposto de renda do exercício atual e de exercícios anteriores.

d) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 872 (2019 - R\$ 1.549), sendo R\$ 872 (2019 - R\$ 947) referente ao imposto de renda retido na fonte e em 2019, refere-se a CSLL a pagar do exercício no montante de R\$ 602.

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019;

b) Em 30 de junho de 2020, foi realizado operação de Mútuo entre a BBD e Diretores, no valor de R\$ 183.333, liquidado em 04.01.2021; e

c) A BBD é uma Holding e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em seus investimentos indiretos, e para o exercício de 2020 os efeitos já estão contemplados no Resultado de Equivalência Patrimonial, advindos destes investimentos. As investidas seguem apurando os impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia, muito embora, possuam certo grau de incerteza e dependem do desenvolvimento da pandemia, A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Presidente	Luiz Carlos Trabuco Cappi		
Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme		
Membros	Denise Aguiar Alvarez	Milton Matsumoto	Marcelo de Araújo Noronha
	Alexandre da Silva Glüher	Maurício Machado de Minas	Octavio de Lazari Junior
			André Rodrigues Cano
			Cassiano Ricardo Scarpelli
			Eurico Ramos Fabri
			Director
			Luiz Carlos Trabuco Cappi
			Milton Matsumoto
			Director Vice-Presidente
			Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 25 de março de 2021

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4

e-negócios públicos

Diário Oficial

Pesquise gratuitamente as licitações e negócios públicos do Estado



- Busca fácil e objetiva das **licitações**;
- Consulta às **leis e decretos** sobre as contratações;
- Emuitomais: concorrências, concursos, convites, dispensas, inexigibilidades, leilões, pregões e tomadas de preços.

www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	19
BRADSPAR SA	8
CIDADE DE DEUS CIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES	13
NCF PARTICIPACOES S.A.	2
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	16
TITANIUM HOLDINGS S.A.	6


Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 131 • Número 58
São Paulo, sexta-feira, 26 de março de 2021

Página 21

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 26 de março de 2021 às 03:07:12

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 444.098 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 3.553.051 mil,

Ativos Totais de R\$ 7.086.691 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 110.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 25 de março de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2020	2019		2020	2019
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	342.825	9.312	CIRCULANTE	558.663	531.855
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6).....	698	2	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 18d).....	872	1.549
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 7).....	13.365	9.310	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 12e).....	93.500	15
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 17a).....	145.429	-	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 9).....	464.136	529.873
Valores a Receber (Nota 19b).....	183.333	-	Outras Obrigações (Nota 10).....	155	418
			NÃO CIRCULANTE	2.974.977	2.783.598
NÃO CIRCULANTE	6.743.866	6.338.531	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11b).....	231.350	207.508
Realizável a Longo Prazo.....	320.925	284.953	Obrigações por Recompra de Ações (Nota 9).....	568.762	632.748
Depósitos Judiciais (Nota 11b).....	215.501	184.551	Outras Obrigações (Nota 10).....	2.174.865	1.943.342
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 18c).....	105.424	100.402	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.553.051	3.032.390
Investimentos (Nota 8).....	6.422.941	6.053.578	Capital Social (Nota 12a).....	2.300.000	2.300.000
			Reserva de Capital.....	220.611	87.492
TOTAL	7.086.691	6.347.843	Reservas de Lucros (Nota 12d).....	2.486.117	2.152.019
			Ações em Tesouraria (Nota 12f).....	(1.801.244)	(1.826.845)
			Outros Resultados Abrangentes.....	347.567	319.724
			TOTAL	7.086.691	6.347.843

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019		2020	2019
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	447.679	461.677	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8).....	512.613	650.258	Valores a Receber (Nota 11).....	447.679	461.677
Resultados Financeiros (Nota 16).....	(45.853)	(158.550)	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Despesas Tributárias (Nota 13).....	(18.970)	(27.238)	Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(512.613)	(650.258)
Despesas de Pessoal (Nota 15).....	-	(2.575)	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....	45.896	171.988
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14).....	(111)	(218)	Provisão para Riscos Fiscais.....	18.930	24.548
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	447.679	461.677	Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(108)	7.955
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18a)	(3.581)	(2.241)	(Aumento/Redução de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado).....	2.138	(9.160)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	444.098	459.436	(Aumento) em Outros Ativos.....	(26.126)	(14.131)
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b).....	1,44	1,49	Aumento em Outras Obrigações.....	(639)	(930)
			Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(5.434)	(627)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(30.169)	(16.893)
			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
			Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	-	405.524
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	405.524
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
			Contrato de Mútuo.....	(5.515)	114.877
			(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria.....	36.395	60.822
			Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	(15)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	30.865	(400.561)
			Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	696	(11.930)
			Início do Exercício.....	2	11.932
			Fim do Exercício.....	698	2
			Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	696	(11.930)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício.....	444.098	459.436
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	27.843	185.488
Resultado Abrangente do Exercício	471.941	644.924

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais								
Eventos	Capital social	Reserva de capital - resultado na venda de ações	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes (investidas)	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Totais
			Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.158.000	80.780	39.311	2.232.492	134.236	(1.448.763)	-	3.196.056
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	459.436	459.436
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	185.488	-	-	185.488
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	644.924
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a).....	142.000	(80.780)	(468)	(60.752)	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	(604.253)	-	(604.253)
Alienação de Ações em Tesouraria.....	-	87.492	-	-	-	228.171	-	313.663
Destinações: - Reservas.....	-	-	22.972	357.464	-	-	(380.436)	-
- Dividendos Pagos.....	-	-	-	(439.000)	-	-	-	(439.000)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12e).....	-	-	-	-	-	-	(79.000)	(79.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.300.000	87.492	61.815	2.090.204	319.724	(1.826.845)	-	3.032.390
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	444.098	444.098
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	27.843	-	-	27.843
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	471.941
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	(400.669)	-	(400.669)
Alienação de Ações em Tesouraria.....	-	133.119	-	-	-	426.270	-	559.389
Destinações: - Reservas.....	-	-	22.205	311.893	-	-	(334.098)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 12e).....	-	-	-	-	-	-	(110.000)	(110.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.300.000	220.611	84.020	2.402.097	347.567	(1.801.244)	-	3.553.051

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

ABBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquelas instituições. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de março de 2021.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que, são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJR) (VJR em Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendem ao critério do teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até o que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimonial e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 8.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2020 e de 2019, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						2020	2019	2020	2019
Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade") (1) (3).....	11.956.580	24.600.237	1.999.925	189.425	26,071767	6.413.715	6.044.352	512.613	650.258
Ágio - Nova Cidade (4).....	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-
Total						6.422.941	6.053.578	512.613	650.258

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais ativos da Nova Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária na Cidade de Deus (47,93%), Bradesco (0,14%) e na Bradespar (0,48%); e

(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recompra de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 464.136 (2019 - R\$ 529.873) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 568.762 (2019 - R\$ 632.748), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 2.174.865 (2019 - R\$ 1.943.342), com vencimento em março de 2024.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 215.501 (2019 - R\$ 184.551). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Ordinárias.....	97.145.853	96.739.788
Preferenciais.....	124.483.352	125.900.549
Subtotal - ações em circulação.....	221.629.205	222.640.337
Em tesouraria (ordinárias).....	57.484.924	60.890.989
Em tesouraria (preferenciais).....	29.962.781	25.545.584
Total do capital social em ações.....	309.076.910	309.076.910

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 30 de abril de 2019, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 142.000, elevando-o de R\$ 2.158.000 para R\$ 2.300.000, sem omissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital" e de parte do saldo das contas "Reserva de Lucros - Legal e Estatutária".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	444.098	459.436
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	309,077	309,077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	1,44	1,49

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (Artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil		% (1)
	2020	2019	
Lucro líquido do exercício.....	444.098	459.436	
Reserva legal.....	(22.205)	(22.205)	
Base de cálculo ajustada.....	421.893	437.231	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2).....	110.000	110.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%.....	(16.500)	(16.500)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2020.....	93.500	93.500	22,2
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2019.....	67.150	67.150	15,4

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) JCP deliberado em 23 de dezembro de 2020, pago em 07 de janeiro de 2021.

f) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2020, foram adquiridas e permanecem em tesouraria 57.484.924 (2019 - 60.890.989) ações ordinárias e 29.962.781 (2019 - 25.545.584) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.801.244 (2019 - R\$ 1.826.845).

Em 2020, foram alienadas ações em tesouraria, pelo valor de R\$ 559.389 (2019 - R\$ 313.663), que gerou lucro de R\$ 133.119 (2019 - R\$ 87.492).

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Cofins.....	15.673	20.231
PIS.....	3.257	4.317
IOF (1).....	40	2.687
Taxas e encargos.....	-	3
Total.....	18.970	27.238

(1) Em 2019 ocorreram despesas de IOF devido a operações de Mútuo com a Nova Cidade de Deus.

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Serviços prestados por terceiros.....	86	98
Ediais e publicações.....	25	120
Total.....	111	218

15) DESPESA DE PESSOAL

Em 2019 contemplava despesas com proventos e encargos sociais no montante de R\$ 1.530 e Benefícios no montante de R\$ 1.045, totalizando R\$ 2.575.

16) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Varição monetária de contratos de mútuo.....	(55.523)	(101.120)
Varição monetária sobre recompra de ações.....	(56.752)	(54.240)
Recebimento de ativos financeiros.....	7.805	11.004
Outros.....	58.617	(14.194)
Total.....	(45.853)	(158.550)

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Membros

Denise Aguiar Alvarez
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glúher
Maurício Machado de Minas
Octavio de Lazari JuniorMarcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Cassiano Ricardo Scarpelli
Eurico Ramos Fabri

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretor Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Diretor

Milton Matsumoto

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BBD Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

17) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Coligadas (2)		Pessoal-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos										
Caixa/disponibilidades.....	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.....	-	-	-	-	-	-	13.365	9.310	13.365	9.310
Valores a receber.....	-	-	-	-	183.333	-	-	-	183.333	-
Juros sobre capital próprio a receber.....	-	-	145.429	-	-	-	-	-	145.429	-
Passivos										
Juros sobre capital próprio a pagar.....	31.549	-	-	-	61.951	15	-	-	93.500	15
Obrigações por recompra de ações.....	-	-	-	-	1.032.898	1.162.621	-	-	1.032.898	1.162.621
Outras obrigações (Nota 10).....	-	-	1.618.880	1.402.331	-	-	555.985	541.011	2.174.865	1.943.342

	Exercícios findos em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Coligadas (2)		Pessoal-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receitas/Despesas com juros/outras.....	7.787	-	(40.550)	(70.990)	(56.752)	(72.348)	(14.973)	(30.343)	(104.488)	(173.681)
Receitas/Despesas de juros sobre capital próprio.....	(37.117)	(26.241)	171.093	247.961	(72.883)	(52.759)	-	-	61.093	168.961

(1) NCD Participações Ltda. ("NCD");

(2) Nova Cidade; e

(3) Titanium Holdings S.A. ("Titanium") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2020, não houve remuneração aos Administradores, (2019 - R\$ 2.250) para remuneração dos Administradores, sendo que parte deste, refere-se a contribuição previdenciária para o INSS, e (2019 - R\$ 1.332) para custear planos de previdência privada complementar.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

Em 2019 contemplava Proventos e Contribuição Previdenciária para o INSS no montante de R\$ 1.530.

Benefícios pós-emprego

Em 2019 contemplava Benefícios pós-emprego, referente a Planos de previdência complementar de contribuição definida no montante de R\$ 1.045.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	447.679	461.677
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(152.211)	(156.970)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligada, tributadas nas empresas correspondentes.....	174.289	221.088
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	-	(326)
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).....	(58.172)	(84.307)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	37.400	26.860
Outros.....	(4.887)	(8.586)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(3.581)	(2.241)

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 113.228 (2019 - R\$ 112.738).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, montante de R\$ 105.424 (2019 - R\$ 100.402), refere-se a imposto de renda do exercício atual e de exercícios anteriores.

d) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 872 (2019 - R\$ 1.549), sendo R\$ 872 (2019 - R\$ 947) referente ao imposto de renda retido na fonte e em 2019, refere-se a CSSL a pagar do exercício no montante de R\$ 602.

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019;

b) Em 30 de junho de 2020, foi realizada operação de Mútuo entre a BBD e Diretores, no valor de R\$ 183.333, liquidado em 04.01.2021; e

c) A BBD é uma Holding e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em seus investimentos indiretos, e para o exercício de 2020 os efeitos já estão contemplados no Resultado de Equivalência Patrimonial, advindos destes investimentos. As investidas seguem apurando os impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia, muito embora, possuam certo grau de incerteza e dependem do desenvolvimento da pandemia, a Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

Osasco, 25 de março de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/FCarlos Massao Takahashi
Contador CRC 1SP206103/O-411,1 MILHÕES DE EMPRESÁRIOS,
DIRETORES OU C-LEVELS
CONECTADOS COM A SUA EMPRESA

Reforce sua transparência e credibilidade divulgando as demonstrações financeiras do ano nos veículos mais confiáveis e de maior cobertura no segmento econômico.

Valor + O GLOBO + ValorRI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA



ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri